



RECOMENDAÇÃO Nº 65 /2017/MPC – PG

Manaus, 06 de junho de 2017.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, pelos procuradores signatários, no regular exercício de suas atribuições institucionais junto ao Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo da competência reservada ao colegiado deste, e na guarda da ordem jurídica, na feição preventiva;

CONSIDERANDO a competência desta Coordenadoria de Transparência Orçamentária, Acesso à Informação e Controle Interno, regulamentada pela Portaria n. 04/2015 da Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas;

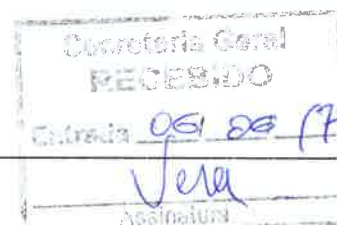
CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de atuação extrajudicial, dirigida ao Poder Público em geral, “visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis”, conforme artigo 6º, XX, da LC nº 75/93, artigo 27, § único, inciso IV, da Lei 8.625/93 e artigo 118, da Lei Estadual 2.423/1996;

CONSIDERANDO que a publicidade e a transparência são princípios republicanos basilares e norteadores da administração pública;

CONSIDERANDO que a transparência representa importante ferramenta de controle da administração pública por parte das instituições democráticas e da sociedade;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, constantes dos artigos 48 e 48-A;

CONSIDERANDO a pesquisa levantada pelo Ministério Público Federal a fim de avaliar a transparência municipal no estado do Amazonas;



Excelentíssima Senhora
Maria do Socorro de Paula
Prefeita Municipal de Ipixuna
Av. Varcy Herculano, s/n, Centro, Ipixuna – AM



ESTADO DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria de Transparência Orçamentária,
Acesso à Informação e Controle Interno



CONSIDERANDO os espelhos de avaliação – estes baseados em um questionário formulado pelo próprio MPF – onde são apontados as irregularidades encontradas no sítio eletrônico de cada município;

CONSIDERANDO que o site possui as seguintes irregularidades: **é vinculado ao portal da Associação Amazonense dos Municípios (AAM), possui desatualização no que diz respeito às despesas e receitas, estas datadas de setembro de 2016 e aquelas de junho de 2016, também não traz informações sobre procedimentos licitatórios e seus editais, contratos e resultados, além disso sofre da ausência não só de informações acerca das prestações de contas e dos dados estatísticos sobre a quantidade de pedidos de informações recebidos, atendidos e indeferidos, mas também do formato de download XML; não menos importante, nota-se a obsolescência das informações financeiras, tais como o Relatório Resumido Orçamentário (RRO), disponibilizado até o sexto bimestre do ano de 2015, e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), até o segundo semestre de 2015, por fim, não há informações a respeito dos servidores públicos e suas diárias, passagens e folhas salariais, concomitantemente ao registro de competências do ente e sua estrutura organizacional, aos números para contato, endereço e horário de funcionamento das unidades de atendimento;**

CONSIDERANDO que essas irregularidades dificultam sobremaneira o real objetivo de divulgar as informações oriundas da Administração Pública;

CONSIDERANDO os preceitos de transparência e acesso trazidos pela Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), pela Lei Complementar n. 131/2009 (Lei da Transparência), pela Lei Complementar 101/2000 e pelo Decreto 7.185/2010.

Este Ministério Público **RECOMENDA** à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Ipixuna **Maria do Socorro de Paula** que, no intuito de aprimorar a transparência de seu sítio eletrônico, regularize o mesmo, conforme os critérios existentes em cada uma das legislações supramencionadas e os apontamentos de irregularidade apresentados, sempre com o intuito de fazer jus ao princípio da publicidade, um dos que regem a Administração Pública.

Efeitos: com o devido respeito e confiante em positivas providências, cumpre-nos recordar que os destinatários de recomendações dos órgãos do Ministério Público estão sujeitos aos seguintes efeitos: a) constituição em mora quanto às providências recomendadas, podendo

Excelentíssima Senhora
Maria do Socorro de Paula
Prefeita Municipal de Ipixuna
Av. Varcy Herculano, s/n, Centro, Ipixuna – AM




ESTADO DO AMAZONAS
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Coordenadoria de Transparência Orçamentária,
Acesso à Informação e Controle Interno



seu descumprimento implicar a adoção de representações cabíveis; b) tornar inequívoca a consciência da ilicitude sobre o recomendado; c) caracterizar o dolo, má-fé ou ciência da irregularidade para viabilizar futuras responsabilizações em caso de omissão imotivada; d) constituir-se em elemento probatório em sede de representações, auditorias no âmbito do Tribunal de Contas do Estado.

Fica estabelecido o prazo de **15 (quinze) dias** para que sejam informadas as providências possivelmente adotadas em relação à presente Recomendação.


Evelyn Freire de Carvalho
Procuradora Titular da Coordenadoria
9ª Procuradoria

Excelentíssima Senhora
Maria do Socorro de Paula
Prefeita Municipal de Ipixuna
Av. Varcy Herculano, s/n, Centro, Ipixuna – AM
